



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34.197/2026

O Município de Foz do Iguaçu - PR, com sede na Praça Getúlio Vargas nº 260 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicados, realizará **licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS**, com **critério de julgamento pelo menor preço por item**, que será regido pela Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores e Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de Sistema Eletrônico www.compras.gov.br.

DATAS RELATIVAS AO CERTAME

- **Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Impugnações:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Recebimento das propostas:** até às 09 horas do dia **26/05/2026**;
- **Abertura e avaliação das propostas:** dia **26/05/2026**, a partir das 09:00 horas;
- **Início da sessão pública / lances:** dia **26/05/2026**, às 09:00 horas

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial www.compras.gov.br.

ENDEREÇOS:

PREGOEIRO: Dirlei Clóvis Schulz

WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com

Horário de expediente: das 08h00 às 17:00.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – www.compras.gov.br.

DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- Anexo IV – Declaração Anticorrupção (deverá ser enviada junto com a proposta ajustada)

1 DO OBJETO

1.1 Seleção de Propostas destinada ao Registro de preço para futuras aquisições de medicamentos, fórmulas nutricionais e produtos para saúde com o propósito de atender aos usuários do SUS da Rede Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, unidades de urgência e emergência e demais demandas relacionadas à Assistência Farmacêutica no município, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=554535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

1.2 O valor máximo total da presente licitação é sigiloso, devido às oscilações de mercado e orientação do MP/PR através da Recomendação administrativa Nº 026/2021 e nos termos do Artigo 24 da Lei nº 14.133, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da sessão de lances. (Mediante solicitação será disponibilizado aos órgãos de controle).

1.3 As especificações constantes no sistema Compras.gov.br (CATMAT/CATSER) possuem caráter meramente referencial, podendo decorrer de parametrizações padronizadas do sistema eletrônico.

1.4 Em caso de divergência entre a descrição constante no sistema e aquela prevista no Termo de Referência, prevalecerá a especificação técnica detalhada no Termo de Referência, por se tratar do documento que define de forma precisa o objeto da contratação.

1.5 Eventuais divergências deverão ser objeto de esclarecimento prévio pelos licitantes, nos termos deste edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente ou por seu representante.

2.1.3 A licitante responderá por todos os atos praticados no sistema decorrentes do uso de sua chave de identificação e senha, ainda que por terceiros.

2.1.4 O Município de Foz do Iguaçu/PR não se responsabiliza por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso pela licitante.

2.2 Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3 Tenham sido penalizadas com impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de vigência da penalidade, observado o alcance subjetivo da sanção;

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 2.3.4** Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 2.3.6** Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.
- 2.3.7** Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 2.3.8** Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 2.4** Constatada a ocorrência de qualquer hipótese de impedimento de participação, o Pregoeiro registrará o fato no sistema eletrônico e concederá à licitante o direito de manifestação, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- 2.5** Após análise da manifestação, o Pregoeiro decidirá de forma motivada acerca da manutenção ou afastamento do impedimento, com o devido registro no sistema
- 2.6** É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.
- 2.6.1.** A vedação à participação em consórcio justifica-se em razão de o objeto da presente licitação consistir em fornecimento de bens comuns, padronizados, de baixa complexidade técnica e amplamente disponíveis no mercado, cuja execução pode ser realizada por empresas individualmente, sem a necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou operacionais;
- 3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**
- 3.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;
- 3.2** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 3.3** O encaminhamento da proposta implica o pleno conhecimento e aceitação das exigências previstas no edital, sem prejuízo da declaração formal a ser prestada em campo próprio do sistema, nos termos do item 3.6.
- 3.3.1** Os valores deverão ser expressos em algarismos arábicos, com o **Preço unitário do(s) item(ns)**, com até 04 (**quatro**) casas decimais após a vírgula.
- 3.4** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, o atendimento às especificações do objeto constantes deste Edital.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 3.5** O campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” destina-se ao detalhamento da proposta, devendo a licitante indicar as características do produto ofertado em conformidade com o Termo de Referência, vedada a identificação da licitante antes da fase de lances, quando aplicável.
- 3.6.** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, nos termos da legislação vigente.
- 3.7.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.7.1. Condições de participação.**
- 3.7.1.1.** Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 3.7.1.2.** Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- 3.7.1.3. Declarações para fins de habilitação**
- Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
 - Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
 - Cumpro as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
 - Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 3.7.1.4. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**
- Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
 - Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- 3.8.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), no que couber, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 3.9. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.
- 3.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 3.11. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

3.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, salvo manifestação expressa de prorrogação da validade da proposta.

- 3.12. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

- 4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante troca de mensagens em campo próprio ("chat").
- 4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema.
- 4.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.5 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo que comprometa a condução da sessão, esta poderá ser suspensa, devendo sua retomada ocorrer mediante comunicação às licitantes por meio do sistema eletrônico.
- 4.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, mediante justificativa registrada no sistema eletrônico, informando a data e o horário previstos para a reabertura.

5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

- 5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa aberto, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, do art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e do art. 167 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento.
- 5.3. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](#) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 5.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, ainda que se trate de lance intermediário.
- 5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 5.6. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor.
- 5.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 5.7.1. Em caso de empate, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, não havendo êxito, os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.7.2. Na hipótese de empate entre propostas iniciais, sem a apresentação de lances, aplicam-se os critérios de desempate previstos no subitem anterior.
- 5.7.3. Não se aplica o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 5.8. Os lances apresentados são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo pleitear alterações, ressalvadas as hipóteses de erro material devidamente comprovado e aceitas pelo Pregoeiro.
- 5.8.1. O licitante poderá excluir seu último lance ofertado, nos termos e condições disponibilizados pelo sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.9. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 5.9.1. Serão considerados preços manifestamente inexecutáveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 5.9.2. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.
- 5.10. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento)**, definido no sistema eletrônico.
6. **DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP E DA NÃO APLICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E RESERVA DE COTAS**
- 6.1. **DA NÃO APLICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E RESERVA DE COTAS.**
- 6.1.1. O objeto da presente contratação insere-se em mercado especializado, com cadeia de fornecimento concentrada, predominantemente atendida por fabricantes, grandes distribuidores e laboratórios, que detêm capacidade técnica, logística e regulatória compatível com as exigências sanitárias e operacionais do setor de saúde, conforme justificativas constantes do Cap. IV, item 4 do ETP e item 17 do Termo de referência.
- 6.1.2. A eventual adoção de exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte implicaria o afastamento de grandes laboratórios e distribuidores,

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

responsáveis por significativa parcela da oferta do mercado, com impacto direto na competitividade, elevação dos custos da contratação e aumento significativo do risco de itens desertos ou fracassados;

- 6.1.3. Levantamentos realizados em contratações anteriores e em bases de dados de mercado demonstram a ausência de, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente, aptos a atender integralmente às exigências do certame, o que autoriza o afastamento do tratamento favorecido, nos termos do art. 157, inciso I e §2º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024; (relatório da ausência de competitividade anexo ao ETP);

6.2. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO REMANESCENTE ÀS ME/EPP

- 6.2.1. Permanecem aplicáveis, quando cabíveis, os benefícios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, relativos ao critério de desempate em favor das microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.2.2. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo proposta com valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor classificada, será assegurado o direito de preferência.
- 6.2.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 6.2.4. Não havendo êxito, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como ME/EPP, na ordem de classificação.
- 6.2.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7. DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 7.2. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com registro das mensagens e ampla transparência, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.3. Quando a licitante mais bem classificada for desclassificada, a negociação poderá ser realizada com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, mantidas as condições do edital e vedada a alteração do objeto, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4. As negociações realizadas deverão ser devidamente registradas no sistema eletrônico.

8. DO JULGAMENTO

- 8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por **ITEM**.
- 8.2. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

certame previstas no Capítulo 2, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. Consulta ao SICAF e a outras bases oficiais disponíveis, a fim de verificar a situação cadastral da licitante, inclusive quanto à composição societária, quando possível, e eventual ocorrência de impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e ao Sistema de Inabilitados e Inidôneos, mantidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Modelo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.2. **O prazo para envio da proposta será de até 2 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.

9.2.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.2.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada da licitante apresentada por meio do sistema eletrônico antes do término do prazo, ou de ofício, mediante decisão motivada, quando verificado que o prazo inicialmente concedido é insuficiente para o envio da proposta ou planilha.

9.3. O Pregoeiro poderá solicitar documentos complementares, tais como folders, catálogos ou prospectos, exclusivamente para fins de comprovação das especificações técnicas do objeto ofertado, vedada a exigência de documentos não previstos no edital.

9.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado, ou expirada eventual prorrogação concedida, a licitante será desclassificada, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.5. A proposta será **desclassificada** quando:

9.5.1. Não atender às especificações técnicas solicitadas no edital;

9.5.2. Apresentar preços inexequíveis ou, após a fase de negociação, permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

9.5.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

9.5.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.6. O Pregoeiro examinará a proposta quanto à compatibilidade com as especificações técnicas e ao preço ofertado, observado o valor máximo estimado para cada item.

9.7. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 9.8. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que **a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.
- 9.10. **DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 9.10.1. Preço **unitário do item**, com até 04 (quatro) casas decimais após a vírgula.
- 9.10.2. Não é obrigatório o anexo da proposta inicial em PDF no sistema eletrônico.
- 9.11. A proposta de preços final deverá ser encaminhada em formato PDF, por meio de campo próprio do sistema eletrônico Compras.gov.br, no prazo estabelecido no item 9.2 deste edital, devidamente adequada ao último lance ofertado, devendo conter:
- 9.11.1. Preço unitário e total do(s) item(nos), com até 04 (quatro) casas decimais após a vírgula;
- 9.11.2. **Marca do produto ofertado**, quando aplicável;
- 9.11.3. Conter as condições de pagamento em conformidade com o Edital, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;
- 9.11.4. **Prazo de validade da proposta**, de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública, sendo que a ausência de indicação implica aceitação do prazo estabelecido neste edital.
10. **DA HABILITAÇÃO**
- 10.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 10.2. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser comprovada por meio do registro cadastral no SICAF, no que couber.
- 10.2.1. Os documentos não constantes do SICAF deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, no prazo fixado pelo Pregoeiro, quando solicitado, durante a fase de habilitação.
- 10.3. A licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação exigidos neste edital, naquilo que não estiver comprovado por meio do SICAF.
- 10.3.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 10.3.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social (última alteração ou a consolidação)** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- 10.3.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 10.3.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 10.3.1.4. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 10.3.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 10.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 10.3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 10.3.2.3. Prova de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conforme Portaria Conjunta RFB / PGFN nº.1.751 de 02/10/2014.
- 10.3.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 10.3.2.5. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei.
- 10.3.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.
- 10.3.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede da proponente.

10.3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 10.3.3.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante, compatível com a atividade de distribuição de medicamentos; no que couber.
- 10.3.3.2. Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no site da Anvisa, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.
- 10.3.3.3. Autorização Especial (AE), quando cabível, emitida pela ANVISA, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de oferta de medicamentos sujeitos a controle especial, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

enviada consulta realizada no *site* da ANVISA, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.

- 10.3.3.4. Certificado de Regularidade Técnica, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia da empresa participante ou isenção;
- 10.3.3.5. Certificado de Registro do produto da empresa fabricante emitido pela ANVISA. Nos casos de revalidação automática de registro de produto, apresentar protocolo de renovação e nos casos de medicamento com notificação simplificada apresentar a Declaração de Notificação Simplificada.
- 10.3.3.6. Bula do medicamento, podendo ser substituída pelo rótulo nos casos de medicamentos de notificação simplificada ou outros itens para a saúde.
- 10.3.3.7. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;
 - a) Havendo dúvidas quanto a regularidade ou inconsistências dos atestados, o Pregoeiro realizará diligência para verificação destes, ou exigir outros documentos para comprovação (Contrato de Fornecimento e/ou Nota Fiscal).

10.3.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 10.3.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial competente da sede da licitante; quando não mencionar a data de validade, na mesma será considerada com validade de **12 (doze) meses**.
 - a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.4. PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:

- 10.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o **item 10** é de até **(02) duas horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
- 10.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
- 10.4.3. **Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado, ou expirada eventual prorrogação concedida, a licitante poderá ser inabilitada, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 10.5.** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.

10.5.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

- 10.6.** O licitante é responsável pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados, sujeitando-se às sanções legais em caso de declaração falsa.

- 10.7.** Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo nos casos de alteração contratual superveniente ou de transferência de acervo técnico devidamente comprovada.

10.7.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.7.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.7.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, sendo os documentos obtidos considerados meio legal de prova.

- 10.8.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, facultando-se à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 11.1.** Na hipótese de desclassificação ou inabilitação da licitante mais bem classificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, procedendo à negociação, ao julgamento e à verificação das condições de habilitação, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente às exigências deste edital.

- 11.2.** **Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências de julgamento e habilitação previstas neste edital, será declarada vencedora, mediante decisão motivada do Pregoeiro, devidamente registrada no sistema eletrônico.**

- 11.3.** A declaração da licitante vencedora será comunicada no sistema eletrônico, assegurando-se a transparência e a publicidade dos atos praticados.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

12. DO RECURSO

12.1. Qualquer licitante poderá, no prazo **mínimo de 10 (dez)** minutos do término do julgamento das propostas, e **após** o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br

12.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

12.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.2.2. O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos do §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

12.3. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A adjudicação e a homologação serão formalizadas por meio de ato administrativo devidamente motivado e publicado nos meios oficiais.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 84 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 235 a 239 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, observadas as disposições estabelecidas neste edital e seus anexos.

14.2. A Secretaria Municipal da Saúde de Foz do Iguaçu atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, competindo-lhe a gestão, o controle e o acompanhamento da ata.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 14.3.** Não houve divulgação de Intenção de Registro de Preços – IRP para o presente procedimento, considerando as particularidades técnicas, operacionais e assistenciais da contratação, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.
- 14.4.** Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação por órgãos ou entidades não participantes da Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme justificativa devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), constantes nos autos do processo administrativo.
- 14.5.** A Ata de Registro de Preços conterá os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada, observada a ordem de classificação do certame e demais disposições legais aplicáveis.
- 14.6.** Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à contratação integral, constituindo a Ata de Registro de Preços mero compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e na proposta registrada.
- 14.7.** Em razão da natureza variável da demanda, não será fixado quantitativo mínimo para contratação.
- 14.8.** Após homologado o resultado do certame, a Administração convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 14.8.1.** Para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o representante legal deverá possuir cadastro ativo no Sistema de Informações do Município (SID) de Foz do Iguaçu, com habilitação para assinatura eletrônica, nos termos do Decreto Municipal nº 28.900/2021.
- 14.8.2.** A Ata de Registro de Preços será disponibilizada eletronicamente pelo sistema do Município, sendo encaminhada notificação ao endereço eletrônico informado pela licitante cadastrada.
- 14.8.3.** O fornecedor deverá realizar a assinatura da Ata no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do envio da notificação.
- 14.8.4.** Compete exclusivamente à licitante manter atualizados seus dados cadastrais e acompanhar as comunicações encaminhadas pelo sistema eletrônico, não podendo alegar desconhecimento decorrente do não acompanhamento das notificações.
- 14.9.** O fornecedor beneficiário que deixar de assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido ficará sujeito às sanções previstas neste edital e na legislação aplicável, facultada à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 14.10.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e comprovação da vantagem dos preços registrados.
- 14.10.1.** Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, serão renovados os quantitativos originalmente registrados;

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com






Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 14.10.2.** Esgotados os quantitativos registrados antes do término da vigência da ata, a prorrogação poderá ser antecipada, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 14.11.** Não serão admitidos preços diferenciados, por inexistirem, no caso concreto, fatores logísticos ou operacionais que justifiquem tal prática. A hipótese prevista no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 é mais recorrente no âmbito federal, em que os registros de preços abrangem órgãos situados em diferentes regiões do país, com variações relevantes nos custos de transporte e distribuição.

15. DA REVISÃO DOS VALORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas na legislação aplicável, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.
- 15.2.** A revisão poderá ser concedida nas hipóteses de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a manutenção das condições originalmente pactuadas.
- 15.3.** O fornecedor poderá requerer a revisão mediante solicitação fundamentada, acompanhada de documentação idônea apta a demonstrar a ocorrência do fato alegado e seu impacto econômico-financeiro.
- 15.4.** A Administração poderá, mediante decisão motivada, indeferir o pedido de revisão ou optar pelo cancelamento da Ata, instaurando novo procedimento licitatório, quando entender não ser vantajosa a manutenção dos preços revisados.
- 15.5.** Não será admitida revisão de preços fundada em variações ordinárias de mercado, flutuações previsíveis de custos, erros de formação de proposta ou quaisquer eventos inerentes ao risco normal da atividade econômica do fornecedor, os quais se consideram incluídos na proposta apresentada.
- 15.6.** O pedido de revisão deverá ser instruído, no mínimo, com:
- 15.6.1.** exposição circunstanciada dos fatos que ensejam o reequilíbrio econômico-financeiro;
 - 15.6.2.** demonstração analítica da variação dos custos, acompanhada de memória de cálculo detalhada;
 - 15.6.3.** documentos comprobatórios idôneos, tais como notas fiscais, contratos de fornecimento, tabelas oficiais, índices setoriais ou outros elementos que evidenciem a efetiva alteração dos custos;
 - 15.6.4.** indicação do nexo causal entre o evento alegado e o impacto econômico-financeiro.
 - 15.6.5.** planilha comparativa entre o custo originalmente proposto e o custo atualizado.
- 15.7.** A solicitação de revisão deverá ser formalizada junto ao órgão gerenciador, por meio do canal oficial disponível em Portal do Governo Digital de Foz do Iguaçu:
 <https://governodigital.foz.pr.gov.br/governo-digital/solicitacoes>
- 15.7.1.** Informações complementares poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal da Saúde de Foz do Iguaçu, por meio do endereço eletrônico:
almoxmedicamentos@gmail.com.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

16. DO REAJUSTE

- 16.1. Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que haja previsão no edital e na Ata de Registro de Preços.
- 16.2. O reajuste poderá ser processado de ofício pelo gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 290 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, observados o índice e a data-base estabelecidos, condicionando-se, contudo, à prévia verificação da vantajosidade dos preços registrados em relação ao mercado;
- 16.3. Caso a aplicação do reajuste resulte em preços superiores aos praticados no mercado, a Administração deverá avaliar a conveniência da manutenção da Ata de Registro de Preços, podendo optar por seu cancelamento e pela realização de novo procedimento licitatório;
- 16.4. Previamente à formalização do reajuste, o fornecedor registrado poderá ser consultado quanto à eventual renúncia total ou parcial ao reajuste, nos termos do §1º do art. 239 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 16.5. O reajuste, quando aplicado, será formalizado por meio de apostilamento à Ata de Registro de Preços, conforme legislação vigente.
- 16.6. A ausência de manifestação do fornecedor quanto ao reajuste no período oportuno poderá caracterizar renúncia ao direito, não sendo admitida sua aplicação retroativa.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

- 17.1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
 - 17.1.1. A pedido do fornecedor, quando comprovada a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas, por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente demonstrado;
 - 17.1.2. Por iniciativa da Administração, quando o fornecedor:
 - I. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - II. Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
 - III. Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - IV. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - V. Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14. 133/2021, nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8. 666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10. 520, de 2002
 - 17.1.3. Por razões de interesse público devidamente motivadas ou em razão de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.
- 17.2. O cancelamento do registro será formalizado por decisão administrativa motivada, assegurada a comunicação ao fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

17.3. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

17.3.1. Por extinção da totalidade do seu objeto;

17.3.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

18. DOS ACRÉSCIMOS

18.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, observada a natureza de cada ajuste firmado.

19. DA EXTINÇÃO DOS AJUSTES DECORRENTES DA ATA

19.1. A inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a extinção do ajuste e, quando cabível, o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. Os atos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados no processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

20. DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A execução das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) como gestor e/ou fiscal de contrato pela autoridade competente do Município de Foz do Iguaçu, competindo-lhes adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, inclusive o atesto da execução e a comunicação de eventuais irregularidades.

20.2. As atribuições previstas neste item referem-se à execução contratual e não se confundem com as competências do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, definidas no item 14, ao qual cabe a gestão e o controle da Ata, inclusive quanto à verificação da vantajosidade dos preços registrados.

20.3. O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, com poderes para representá-lo administrativamente sempre que necessário, especialmente perante o gestor e o fiscal do contrato.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da liquidação da despesa, na forma do art. 318 e ss. do Decreto Municipal nº 32.398/2024, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

21.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município e será atendida pelas seguintes dotações:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE*
10.001.10.303.0320	2.200	3.3.90.32	1303
10.001.10.303.0320	2.200	3.3.90.30	1498
10.001.10.303.0320	2.200	3.3.90.91	1303

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

10.001.10.304.0320	2.212	3.3.90.30	1497
*Fonte atual e outra que possivelmente vier a substituí-la			

- 21.3.** O processo de pagamento será instruído na forma do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e da Instrução Normativa nº 10/2025-SMFO, mediante apresentação da documentação pertinente à liquidação da despesa e à comprovação da regular execução do objeto contratado.
- 21.4.** As Notas Fiscais (NF-e) serão protocoladas digitalmente, por meio do link: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>.
- 21.5.** Para fins de pagamento, poderá ser exigida a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e fundiária do contratado, nos termos da legislação vigente e do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 21.6.** A verificação da regularidade poderá ser realizada diretamente pela Administração mediante consulta eletrônica aos sistemas oficiais disponíveis, nos termos do parágrafo único do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 21.7.** Incidirão sobre os pagamentos as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, especialmente aquelas relacionadas ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, do Decreto Municipal nº 31.634/2023 e demais normas correlatas.
- 21.8.** Eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para instituições financeiras diversas da contratada pelo Município correrão por conta do fornecedor beneficiário.
- 21.9.** Havendo erro, inconsistência ou irregularidade na documentação apresentada, bem como descumprimento de obrigações contratuais pelo fornecedor, o prazo para pagamento será interrompido até a regularização integral da pendência, iniciando-se nova contagem após o saneamento das inconsistências, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.
- 21.10.** Nos casos de atraso de pagamento não atribuível ao fornecedor beneficiário, os valores devidos serão acrescidos de encargos moratórios calculados conforme a legislação aplicável.
- 21.11.** O fornecedor deverá manter atualizado seu cadastro junto aos sistemas eletrônicos do Município necessários ao processamento do pagamento.
- <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>
- 22. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22.1.** Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:
- Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - Der causa à inexecução total do contrato;
 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- iv) **Multa**:
 - ✓ Moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto, sendo que a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total do Contrato, incidindo sanções específicas;
 - ✓ Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, configurando inexecução parcial do contrato.
 - ✓ Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

22.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na legislação. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) O caráter educativo da pena.
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

referida Lei.

- 22.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 22.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 22.7. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.
- 22.8. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
- 22.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas acima relacionadas (alíneas b, c, d, e, f e g) quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 22.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima relacionadas (alíneas h, i, j, k e l), bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas (b, c, d, e, f e g), que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 22.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea "f", caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável.
- 22.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 22.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 22.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 22.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 22.16.** Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- 22.17.** Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.
- 22.18.** Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.
- 22.19.** Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do serviço advier de caso fortuito ou de força maior.
- 22.20.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.
- 22.21.** As referências a 'contrato' neste edital compreendem os instrumentos formais de contratação decorrentes da Ata de Registro de Preços.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 23.1.** Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico dirlei.dcs@gmail.com.
- 23.2.** Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação;
- 23.2.1.** A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame;
- 23.2.2.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 23.3.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 23.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico dirlei.dcs@gmail.com.
- 23.5. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
24. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 24.1. Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste Edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www5.pmfi.pr.gov.br>;
- 24.2. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos;
- 24.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;
- 24.4. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 24.5. As limitações operacionais eventualmente existentes no sistema eletrônico deverão ser interpretadas em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas, não podendo restringir a competitividade, a isonomia ou a adequada condução do certame;
- 24.6. Na hipótese de incompatibilidade, a condução do procedimento observará a instrução constante do respectivo processo administrativo, **desde que devidamente motivada**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 32.398/2024, assegurada a observância dos princípios da legalidade, da isonomia, da segurança jurídica e do julgamento objetivo.
25. **DO FORO**
- 25.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

Datado e assinado digitalmente

Larissa Ferreira
Secretária Municipal da Administração e Recursos Humanos

Fábio de Mello
Responsável pela Secretaria Municipal da Saúde

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. **Secretaria requisitante:** Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR.
- 1.2. **Definição do objeto:** Registro de preço para futuras aquisições de medicamentos, fórmulas nutricionais e produtos para saúde com o propósito de atender aos usuários do SUS da Rede Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, unidades de urgência e emergência e demais demandas relacionadas à Assistência Farmacêutica no município, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Edital e seus anexos.

Tabela 1 – Descritivos e Quantitativos

LOTE 1 - MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS					
ITEM	CATMAT	CÓDIGO OXY ELOTECH	QUANTITATIVO 12 MESES	UNIDADE	DESCRIPTIVO
1	267503	452617	60.000	Comprimido	Ácido Fólico 5 mg
2	267504	474848	1.250.000	Cápsula	Ácido Valpróico 250 mg Cápsula
3	281657	493189	14.200	Frasco	Ácidos graxos essenciais + Palmitato de Retinol (vitamina A) + Acetato de Tocoferol (vitamina E) + Triglicerídeos de cadeia média (ácidos cáprico, capríco e caprílico) e Lecitina de Soja, frasco 100 mL. Indicação expressa de Próprio para uso em ferida, não apenas em pele íntegra. Embalado em frasco PET resistente que evite a oxidação do produto e bico aplicador encaixado por pressão com tampa autoperfurante que protege contra a violação. Embalagem secundária na forma de cartucho acompanhado de selo lacre que oferece maior proteção ao produto.
4	267511	468458	6.000	Comprimido	Aminofilina 100mg
5	268207	422067	2.000	Frasco-ampola	Ampicilina sódica 1g
6	268214	412887	500	Ampola	Atropina, sulfato 0,25mg/mL ampola 1mL
7	277934	422070	500	Ampola	Atropina, sulfato 0,5mg/mL ampola 1mL
8	394088	422074	400	Frasco	Bicarbonato de sódio 8,4% frasco 250 mL
9	270138	422182	300	Ampola	Biperideno, lactato 5 mg/mL ampola 1mL
10	269958	422076	70.000	Ampola	Bromoprida 5 mg/mL ampola 2mL
11	267621	452646	500.000	Comprimido	Carbonato de Lítio 300 mg
12	331555	405177	6.500	Frasco	Cefalexina monoidratada 250 mg/5mL frasco volume mínimo 100mL
13	448844	422083	18.000	Frasco-ampola	Cetoprofeno 100mg IV injetável
14	296676	426310	6.510	Comprimido	Ciproterona, acetato 1 mg + Estradiol, valerato 2 mg
15	271110	422049	16.800	Comprimido	Ciproterona, acetato 2 mg + Etinilestradiol 0,035 mg
16	268069	407798	1.500	Ampola	Clorpromazina, cloridrato 25 mg/ 5mL injetável
17	296647	508901	1.200	Comprimido	Cumarina 15mg + Troxerrutina 90mg (JUDICIAL/MP)
18	271003	422038	75.000	Ampola	Diclofenaco sódico 75 mg/3mL

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

19	267647	452659	30.000	Comprimido	Digoxina 0,25 mg
20	272336	476745	8.000	Ampola	Dimenidrato + Piridoxina, cloridrato + Glicose + Frutose IV ampola c/ 10 mL
21	352911	479741	5.640	Cápsula	Divalproato de sódio 125mg (JUDICIAL/MP)
22	267652	409263	1.300.000	Comprimido	Enalapril, maleato 20mg
23	270621	474179	50.000	Ampola	Escopolamina, butilbrometo + Dipirona sódica 4 mg/mL + 500 mg/mL ampola c/ 5 mL
24	267283	452683	600.000	Comprimido	Escopolamina, butilbrometo 10 mg
25	396450	495138	200.000	Cápsula	Espinheira-santa (extrato seco de Maytenusilicifolia com 13 a 20mg de taninos)
26	393920	522706	1.000	Unidade	Etonogestrel 68mg, sistema de implante subdérmico com aplicador
27	267657	452668	430.000	Comprimido	Fenitoína 100 mg
28	267660	452669	360.000	Comprimido	Fenobarbital 100 mg
29	300725	473768	300	Ampola	Fenobarbital sódico 100 mg/mL IM / EV ampola c/ 2 mL
30	292399	412926	1.500	Ampola	Fitomenadiona 10mg/ml ampola c/ 1mL
31	272944	473769	10	Frasco	Fluoresceína Colírio 1% solução oftálmica c/ 3mL
32	309041	60001005	10	Frasco-ampola	Folinato de Cálcio 10mg/mL injetável c/ 30mL
33	267663	411075	500.000	Comprimido	Furosemida 40mg
34	267660	504797	1.320	Comprimido	Gardenal 100 mg comprimido (JUDICIAL - Autos nº 276/2008)
35	292196	467699	3.000	Ampola	Haloperidol 5 mg/mL ampola c/ 1 mL
36	272796	479801	2.300	Ampola	Heparina sódica 5.000UI ampola c/ 0,25mL SC
37	273395	418472	600	Comprimido	Isossorbida, dinidrato 5mg
38	376767	417243	13.000	Comprimido	Ivermectina 6mg
39	352933	497284	80	Frasco	Levetiracetam 100mg/mL solução oral c/ 150 mL (JUDICIAL/MP)
40	270128	483653	15.000	Comprimido	Levodopa 100 mg + Benserazida 25 mg comprimido DISPERSÍVEL
41	293981	499611	900	Sachê	Macrogol 3350 + bicarbonato de sódio + cloreto de sódio + cloreto de potássio - pó para preparação extemporânea - sachê 14 g (JUDICIAL/MP)
42	267689	452701	240.000	Comprimido	Metildopa 250mg
43	268264	467562	100	Ampola	Metilergometrina, maleato 0,2 mg/mL
44	272320	409249	350.000	Comprimido	Metilfenidato, cloridrato 10 mg
45	268162	484318	4.500	Bisnaga	Miconazol, nitrato creme vaginal 2%, bisnaga c/ 80 g, com 14 aplicadores vaginais
46	268481	417572	2.000	Ampola	Midazolam 5 mg/3mL (15 mg) ampola c/ 3mL
47	304871	409363	5.000	Ampola	Morfina, sulfato 10 mg/mL ampola c/ 1mL
48	273167	513997	200	Bisnaga	Neomicina, sulfato + Bacitracina zínica pomada c/ 50g
49	268273	452710	180.000	Comprimido	Nitrofurantoína 100 mg
50	267712	412919	2.000.000	Cápsula	Omeprazol 20 mg (Não serão aceitas ofertas de cápsulas acondicionadas em frascos para este item).

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

51	268160	413513	3.500	Frasco-ampola	Omeprazol 40 mg injetável com diluente
52	268513	417583	2.000	Frasco-ampola	Oxacilina 500mg injetável
53	267769	402131	7.500	Ampola	Prometazina, cloridrato 25mg/mL ampola c/ 2mL
54	272839	422007	400.000	Comprimido	Risperidona 1 mg
55	272365	468423	2.000.000	Comprimido	Sertralina, cloridrato 50 mg
56	268076	426126	1.200	Ampola	Sulfato de Magnésio 10% 10mL
57	286632	479766	480	Comprimido	Sulpirida 200mg (JUDICIAL/MP)
58	272341	452738	15.000	Comprimido	Tiamina, Cloridrato 300 mg
59	632289	60001006	2.000	Seringa preenchida	Tirzepatida 5 mg/mL com 0,5 mL injetável
60	292382	424021	40.000	Ampola	Tramadol, cloridrato 100 mg ampola 2 mL
61	400436	497285	1.320	Comprimido	Valproato de Sódio 333 mg + Ácido Valproico 145mg (equivalente a 500mg) (JUDICIAL/MP)
62	272379	528740	500.000	Cápsula	Venlafaxina, cloridrato 75mg de liberação prolongada
LOTE 2 - MEDICAMENTOS MANIPULADOS					
63	448828	60001007	15	Frasco	Shampoo de CiclopíroxOlamina, 1,5% frasco c/ 120 mL - Formulação manipulada (JUDICIAL - Autos nº 0003248-14.2010.8.16.0030)
LOTE 3 - FORMULAS E COMPLEMENTOS NUTRICIONAIS					
64	435949	504546	800.000	Grama	Fórmula infantil com proteína extensamente hidrolisada, hipoalergênica, para lactentes , de seguimento e crianças de primeira infância, dieta (leite) semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de lacteasem lactose. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Embalagem a partir de 400g.
65	453662	504542	600.000	Grama	Fórmula infantil de partida, em pó, para lactentes de 0 a 6 meses , com fonte proteica do leite e/ou derivados do leite, acrescida de óleos vegetais e maltodextrina, enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos, contendo prebióticos. Apresentação: embalagem tipo lata, hermeticamente fechada, com peso mínimo de 400 g.
66	442837	506920	50.000	Grama	Módulo de proteína para dieta enteral ou oral , para pacientes que necessitem de aporte proteico. A base de 100% proteína isolada do soro do leite. Isento de sacarose e glúten. Sem adição de lactose, carboidratos e gordura. Alta solubilidade, sem sabor. Embalagem com a partir de 240g.
LOTE 4 - PRODUTOS NÃO MEDICAMENTOSOS					
67	616012	60001008	2.304	Unidade	Fralda geriátrica Higifral Comfort , tamanho M (JUDICIAL - Autos nº 0001076-40.2026.8.16.0030)
68	325424	60000471	350.000	Unidade	Gel lubrificante íntimo, à base de água , não oleoso, não gorduroso, incolor, inodoro, compatível com o uso de preservativos de látex, indicado para redução de atrito e prevenção de lesões durante a relação sexual. Produto conforme normas de qualidade do Ministério da Saúde, com registro válido na ANVISA. Apresentação: sachê com no mínimo 5g, embalagem inviolável, de uso único.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=555133211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

69	618399	60000470	350.000	Unidade	Preservativo masculino lubrificado , confeccionado em látex natural, cor transparente ou natural, com reservatório, largura nominal de 52 mm, comprimento mínimo de 160mm, sem espermicida, sem odor, próprio para prevenção de IST/HIV/AIDS e contracepção. Produto certificado pelo INMETRO. Registro válido na ANVISA. Embalagem individual, inviolável, de uso único.
70	412781	510658	1.100	Frasco	Protetor solar tipo loção com Fator de Proteção Solar (FPS) mínimo de 30. Componentes que promovam barreiras físicas e químicas aos raios UV, devendo ser de amplo espectro: • Radiação UVA (320-400 mm); • Radiação UVB (290-320 mm) O produto deve ser livre de substâncias oleosas ("oil-free"), anti-alérgico, não comedogênico. Não deve provocar manchas na pele ou nas roupas. O produto deve ter ação repelente de insetos como mosquito da dengue. Embalagem com 120 ml. Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. validade de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de fabricação. A validade, data de fabricação e número lote deverá ser estampada na embalagem. O produto não deverá ter sido fabricado a mais de 3 (três) meses da data de entrega.
71	607462	526014	90.000	Unidade	Seringa 0,5 mL (50 UI) para aplicação insulina, com agulha fixa (integrada) de 6 X 0,30 mm (30G), intervalo 5 em 5 UI com subdivisão 1 em 1 unidades
72	469168	526015	160.000	Unidade	Seringa 1 mL (100UI) para aplicação insulina, com agulha fixa (integrada) de 6 X 0,30 mm (30G), intervalo 10 em 10 UI com subdivisão 2 em 2 unidades
73	405887	495147	15	Frasco	SunmaxSensitive Family FPS 30 c/ 160ml (JUDICIAL - Autos nº 276/2008)

- 1.3. **Em caso de divergência entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, CATMAT/CATSER "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá sempre à descrição deste Termo de Referência.**
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 31, §1º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.
- 1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.6. Esta Secretaria Municipal de Saúde informa que utilizou os parâmetros estabelecidos nos Decretos Municipais nº 32.398, de 28 de março de 2024 e nº 32.508, de 03 de maio de 2024.
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados na formalização da Ata de Registro de Preços, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. Em razão da natureza essencial e contínua do fornecimento de medicamentos e da possibilidade concreta de esgotamento antecipado dos quantitativos registrados, autoriza-se a previsão expressa de prorrogação antecipada da Ata de Registro de Preços, na hipótese de exaurimento dos quantitativos, nos termos do art. 238, §4º, do Decreto Municipal n.º 32.398/2024.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 1.8.1. Tal medida será condicionada à prévia comprovação da vantajosidade dos preços e à motivação técnica circunstanciada (nos termos do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021), bem como à anuência do(s) fornecedor(es) titular(es) e à observância das formalidades de publicidade e transparência;
- 1.8.2. Em caso de prorrogação de contrato e necessidade de reajuste do valor do objeto de aquisição deste termo de referência está previsto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- 1.9. O quantitativo apresentado trata-se de ESTIMATIVA, não obrigando a Administração Pública à aquisição total.
- 1.10. Ainda, considerando que o objeto da presente licitação, realizada por Sistema de Registro de Preços, refere-se ao fornecimento de medicamentos, cuja demanda apresenta caráter variável, imprevisível e emergencial, não se estipulará quantidade mínima de aquisição. A medida encontra respaldo no art. 82 da Lei n.º 14.133/2021, que admite a flexibilização dos quantitativos, e no art. 236, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 32.398/2024, o qual condiciona a indicação da quantidade mínima à possibilidade de identificação objetiva.
- 1.11. Apesar da Tabela 1 estar dividida em "Lotes" esse processo licitatório se dará através de aquisição por item e não por lote fechado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), através da Divisão de Assistência Farmacêutica (DVFAR), realiza a dispensação de medicamentos nas farmácias básicas municipais que são padronizados pela Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), e é de responsabilidade desta secretaria, mais especificamente da DVFAR, manter os estoques adequados para não haver descontinuidade e interrupções de tratamentos.
- 2.2. No mês de janeiro de 2026 foi realizada a licitação geral de medicamentos para distribuição gratuita, PE 101/2025, onde vários itens restaram infrutíferos, e, portanto, ainda se mantêm a necessidade de medida para manutenção adequada dos estoques.
- 2.3. Além de medicamentos para distribuição gratuita, a SMSA possui demanda contínua de outros itens relacionados a tratamentos contínuos dos pacientes, como medicamentos para cumprimento de ordem judicial, fórmulas nutricionais que compõem o Programa Municipal de Nutrição (PM-ANINNE), produtos para saúde relacionados à assistência direta ao paciente e adesão a programas (como exemplo: preservativos distribuídos gratuitamente que constituem insumo estratégico para promoção da saúde sexual e planejamento familiar e são distribuídos pelo Serviço de Atendimento Especializado e Centro de Testagem e Aconselhamento – SAE/CTA), que também ficaram frustrados nos seus respectivos processos licitatórios ou tiveram padrão de consumo alterado devido à revisão de protocolos municipais (situação do PM-ANINNE) e estaduais (situação do SAE/CTA).
- 2.4. Com exceção dos itens n.º 59, 63 e 67, 68 e 69 (o primeiro motivado por atualização da REMUME visando implantação de programa de combate a obesidade, o segundo e terceiro com o intuito de cumprimento de ordem judicial e os dois últimos devido a desabastecimento centralizado federal) todos os itens deste artefato já foram contemplados em licitações anteriores contratadas pela SMSA, seja por registro de preços ou contratação direta.
- 2.5. Os itens n.º 65, 68 e 69 são produtos para saúde considerados estratégicos e distribuídos pelo MS via SESA e Regionais de Saúde, no entanto, SMSA foi oficialmente informada, através do Ofício n.º 490/2026 – SCVGE/DVVGS (em anexo), enviado pela 9ª Regional de

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Saúde, acerca do desabastecimento de preservativos masculino, gel lubrificante, e da inexistência de previsão para o fornecimento de fórmulas infantis da primeira infância aos municípios que ela atende, não havendo, até o momento, expectativa de regularização do suprimento estadual. Tal cenário resultou em risco iminente de desassistência, com potencial prejuízo às ações regulares do Programa de IST/AIDS e ao atendimento de lactentes acompanhados pela DIVS, devendo a gestão municipal suprir a demanda fixa.

- 2.6. No âmbito do Programa de IST/AIDS, as fórmulas infantis configuram-se como insumos essenciais para assegurar a alimentação adequada, segura e nutricionalmente completa de lactentes que, por indicação clínica, não podem ser amamentados, incluindo situações relacionadas à prevenção da transmissão vertical do HIV e outras condições de saúde que contraindicam o aleitamento materno.
- 2.7. Portanto, a SMSA, por intermédio dos serviços de Atenção Primária à Saúde e dos serviços especializados em IST/HIV/AIDS, tem a atribuição de garantir o acesso contínuo a esses insumos estratégicos, de modo a preservar a integralidade do cuidado e a segurança alimentar dos lactentes acompanhados pela rede municipal.
- 2.8. Outro papel importante da SMSA é o cumprimento das determinações judiciais relacionadas à saúde, e para a correta execução dessas demandas, há a necessidade de aquisição e manutenção dos estoques dos itens nº 17, 34, 39, 41, 57, 61, 63, 67 e 73, que ou ficaram frustrados no PE 101/2025, ou foram incluídos na lista de itens judicializados após a sua homologação.
- 2.9. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de instauração de novo processo licitatório, para atendimento da demanda anual estimada e recomposição dos estoques de medicamentos industrializados para distribuição gratuita, uso hospitalar e execução judicial, medicamento manipulado para cumprimento de demanda judicial, fórmulas nutricionais para programas estratégicos e municipal de nutrição, insumos para programas estratégicos, bem como produtos para saúde tanto para manutenção dos serviços quanto também para execução de ordem judicial.
- 2.10. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 91, inciso II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, registra-se que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026.
- 2.11. Os itens objeto deste processo licitatório estão expressamente previstos no PCA 2026 do Município (DFD nº 147/2026 – pg. 12: Medicamentos básicos da REMUME e para atendimentos de demandas judiciais; DFD nº 144/2026 – pg. 11: Dietas e Suplementos Nutricionais; DFD nº 209/2026 – pg. 18: Aquisição de materiais médico hospitalar), o qual foi regularmente publicado e encontra-se disponível para consulta pública tanto no Portal da Transparência Municipal quanto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos seguintes endereços eletrônicos:
 - <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/publicacoes/36/8248>
 - <https://pncp.gov.br/app/pca/76206606000140/2026>
- 2.12. A previsão da contratação no PCA evidencia que a demanda foi adequadamente planejada, consolidada e incorporada ao planejamento anual das contratações, em consonância com as prioridades institucionais da Secretaria Municipal da Saúde e com os objetivos estratégicos da Administração Municipal.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 2.13. Ressalte-se que o objeto possui natureza de prestação de serviço continuada, indispensável à execução regular da Assistência à Saúde promovida pelo Município.
- 2.14. O alinhamento com o PCA 2026, aliado à compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), demonstra a regularidade do planejamento da contratação, atendendo às diretrizes de governança, racionalidade administrativa, transparência e eficiência exigidas pela Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.
- 2.15. Dessa forma, resta comprovado que a presente contratação observa integralmente o planejamento anual das contratações do Município, não havendo qualquer óbice sob a ótica do PCA, encontrando-se o procedimento apto à sua regular tramitação.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. As aquisições desta Secretaria da Saúde em atendimento ao dispositivo legal são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, a aquisição do medicamento deverá ser realizada respeitando estes preceitos.
- 3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico IV-DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA do ETP nº 235/2026. Ademais, os tópicos abaixo complementam a descrição do objeto.
- 3.3. Serão aceitas as propostas dos fornecedores que oferecer o menor preço, que atenda a todos os descritivos constantes no edital e que comprove habilitação técnica e esteja de acordo com a legislação vigente.
- 3.4. A contratação da solução se mostra necessária para resolver a demanda apresentada.
- 3.5. Considerando todo o ciclo de vida do objeto, o processo inclui as seguintes etapas:
 - 3.5.1. Após a entrega o setor responsável pelo recebimento, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) ou Almoxarifado de Insumos da Saúde do município de Foz do Iguaçu, a instituição terá 24 horas para conferir o produto e verificar se está de acordo com o empenho.
 - 3.5.1.1. Em caso positivo, será registrada a entrada no produto no sistema gestor RP Saúde para dispensação ao paciente ou ao serviço oportuno e a nota fiscal será certificada para prosseguir ao setor de pagamento via Protocolo Digital.
 - 3.5.1.2. Em caso negativo o fornecedor deverá providenciar o recolhimento do item errado e correção da entrega e nota fiscal correspondente além de providenciar entrega imediata do produto correto.
 - 3.5.2. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu reserva-se o direito de recusar o recebimento dos produtos cujas condições de transporte não estejam de acordo com a legislação sanitária, sejam precárias ou que comprometam a sua qualidade.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 3.5.3. Serão rejeitados no ato do recebimento os produtos com validade expirada, com embalagem violada, com defeito/avaria, quebrados, com aspecto de vazamento de líquido ou fornecidos com especificações diferentes das constantes no edital.
- 3.5.4. A contratação ainda contempla:
- 3.5.4.1. Atendimento Integral às Demandas: A solução proposta atende integralmente às demandas da secretaria, garantindo o fornecimento contínuo deste insumo.
- 3.5.4.2. Aspectos Econômicos: A análise econômica revela que a presente solução é a mais viável para a administração. A aquisição proposta resultará em economias significativas, considerando fatores como custo-benefício, competitividade de preços, e a possibilidade de negociação de condições contratuais favoráveis. Essa economia reflete diretamente na otimização dos recursos públicos.
- 3.5.4.3. Objetivo e Necessidade: Esta aquisição assegura o adequado funcionamento das unidades de saúde do município, garantindo condições seguras e eficazes para a realização de atendimentos, procedimentos clínicos, ações de prevenção, e distribuição gratuita para manutenção de tratamentos.
- 3.5.4.4. Especificações do Material: Os itens a serem adquiridos deverão seguir especificações técnicas detalhadas que atendam às normas da ANVISA e demais legislações vigentes, de modo a garantir segurança e eficácia.
- 3.5.4.5. Execução e Distribuição: O processo de aquisição será realizado por meio de pregão eletrônico, garantindo competitividade e economicidade. Após a aquisição, os itens serão distribuídos de forma planejada aos equipamentos de saúde pertinentes, conforme a demanda e a complexidade dos atendimentos realizados em cada serviço.
- 3.5.4.6. Sustentabilidade e Descarte: A aquisição observará critérios de responsabilidade ambiental, priorizando produtos que atendam às normas sanitárias e ambientais vigentes. O descarte dos materiais será realizado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais regulamentações específicas, minimizando os impactos ambientais e promovendo práticas de sustentabilidade.
- 3.5.5. A abrangência da solução, aliada à capacidade de adaptação e à eficiência operacional, convergem para a efetivação dos resultados almejados pela Secretaria, reforçando o compromisso com a promoção da saúde e o atendimento às demandas sociais.
- 3.5.6. No que se refere à manutenção e assistência técnica, não há necessidade de serviços de manutenção. Entretanto, a empresa fornecedora deverá garantir a substituição de eventuais lotes que apresentem defeitos de fabricação, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os itens a serem adquiridos nessa licitação devem ser todos disponibilizados de acordo com a legislação vigente, cumprindo as normas nacionais da ANVISA e demais, conforme sua exigência dentro da sua categoria.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 4.2. Para medicamentos industrializados, não serão aceitas propostas cujos valores estejam acima do preço de fabricação, conforme Resolução CMED nº 3/2009.
- 4.3. A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico na modalidade de Registro de Preços visando a aquisição de medicamentos e produtos para saúde. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- 4.3.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, lote, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;
- 4.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 4.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 4.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.4. A proposta deverá atender integralmente aos critérios de aceitação, especificações técnicas e quantidades do objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência e nos demais documentos que compõem o processo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. **Em caso de divergência entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, CATMAT/CATSER "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá sempre a descrição deste Termo de Referência.**
- 4.6. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de ser prazo de validade vigente, para os produtos em que o prazo de validade for superior a 01 (um) ano, e de 90% (noventa por cento) para os produtos em que o prazo de validade total for igual ou inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto logo após a entrega dele sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura de Foz do Iguaçu.
- 4.6.1. Para validades diferentes dos mencionados acima serão aceitas cartas de comprometimento de troca de validade em casos de exceção e se previamente consultado e autorizado pelo responsável técnico da instituição contratante.
- 4.7. O fornecedor deverá comprovar o atendimento aos critérios de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e técnica, além de garantir o cumprimento das condições de execução do objeto, como prazos, qualidade e conformidade com as especificações técnicas.
- 4.8. Os preços cotados deverão incluir todos os custos e despesas necessários à execução do objeto, tais como custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos fiscais/trabalhistas,

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

embalagem, transporte, seguro, mão de obra, taxas de administração e margem de lucro, além do envio da documentação de habilitação e proposta.

- 4.9. A empresa contratada será responsável por monitorar as entregas até o destino final, garantindo que o transporte dos produtos seja realizado em conformidade com as exigências deste Termo de Referência e com as Boas Práticas, mesmo em caso de terceirização do serviço de transporte.

- **Sustentabilidade**

- 4.10. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.10.1. Os produtos devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

4.10.2. Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

- 4.11. Os itens a serem contratados deverão estar de acordo com as normas sanitárias e ambientais vigentes e seguirem o Decreto nº 7.746/12 bem como a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, em especial quanto ao descarte dos insumos utilizados na presente contratação.

- 4.12. Os possíveis impactos ambientais são monitorados e mitigados por meio do cumprimento de normas ambientais vigentes, garantindo a conformidade com práticas sustentáveis. A empresa contratada deve adotar medidas para minimizar seu impacto ambiental, como a gestão adequada de resíduos, a redução do consumo de recursos naturais e a conformidade com regulamentações específicas.

- 4.13. É essencial que a contratada esteja alinhada com as diretrizes ambientais, assegurando a responsabilidade ambiental ao longo de todo o ciclo de fornecimento, desde a produção até a entrega dos produtos. O monitoramento constante e a conformidade com padrões ambientais são fundamentais para garantir a sustentabilidade da operação e minimizar possíveis impactos adversos ao meio ambiente.

- **Da Logística Reversa**

- 4.14. Considerando o objeto da contratação não há necessidade de logística reversa.

- 4.15. Considerando a análise dos impactos ambientais e a legislação aplicável, a inclusão da logística reversa como obrigação da arrematante não é necessária para este processo específico. A prática de logística reversa é mais pertinente em contratos que envolvem a produção ou comercialização de produtos com alto potencial de geração de resíduos, como eletrônicos e embalagens. No contexto deste edital, não há evidências que justifiquem a necessidade de imposição desta obrigação.

- 4.16. Informamos ainda que esta Secretaria de Saúde possui contrato nº.183/2021 com a empresa Servioeste Soluções Ambientais LTDA responsável pela coleta e destinação final do lixo hospitalar, sendo assim não se aplica a logística reversa.

- **Subcontratação**

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 4.17. Considerando as características elencadas no ETP e Termo de Referência que se trata de compra de material de consumo, cujo vulto é pouco expressivo e os produtos são comumente comercializados no mercado, sem características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço. Enfim, compreendeu-se que empresas do ramo especializado isoladamente poderão deter as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente executar o objeto.
- 4.18. Portanto, conclui-se que o objeto deste processo não tem complexidade ou características financeiras ou de execução que justificasse admitir a subcontratação.
- 4.19. Por estes motivos, fica vedada a subcontratação do objeto.

• **Garantia da contratação**

- 4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:
- 4.20.1. Trata-se de aquisição de bens de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) efetivamente e em conformidade com o solicitado.
- 4.20.2. Além disso, não há alta complexidade técnica relacionada ao objeto do contrato, o que reduz riscos operacionais e aumenta a previsibilidade da sua execução. Da mesma forma, os riscos financeiros associados à execução do contrato são considerados baixos, não justificando a exigência de garantia financeira por parte do Contratado.

• **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 4.21. Não se aplica para o objeto que trata este termo de referência

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. **Local e condições de entrega:** Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR - Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 3287 – Vila Paraguaia – Foz do Iguaçu/PR – CEP: 85864-000 - Telefone para contato: (45) 3308-2180 - E-mail: almoxmedicamentos@gmail.com.
- 5.2. **Farmacêutico(s) Responsável(is):** Adriano Reis da Silva, Andrea Maria Dantas e Layse Fernanda Antonio de Souza.
- 5.3. **Horário de entrega:** As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08:00h às 13:00h. Qualquer entrega fora desse horário poderá não ser recebida.
- 5.3.1. O recebimento dos medicamentos se dará por funcionário da CAF apenas e não por funcionários de outros setores adjacentes.
- 5.3.2. A SMSA não se responsabilizará por entregas realizadas em outros setores sem comunicação prévia.
- 5.4. Não serão recebidos itens em desacordo com as especificações e quantidades requisitados no edital e ofertados durante a sessão de abertura do processo.
- 5.5. Os fornecedores deverão, no prazo máximo de 01 (um) dias úteis após o recebimento do empenho, informar a previsão de entrega do item.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=554535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 5.6. O fornecedor terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento do empenho, para concluir a entrega dos produtos no local estipulado, inclusive para solução de pendências (reposição de mercadoria faltante, avarias, extravios ou irregularidades durante o transporte/entrega).
- 5.7. A entrega dos quantitativos totais empenhados poderá ser feita de forma fracionada desde que seja contactado a farmacêutica responsável técnica da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) previamente ao envio, por contato eletrônico ou telefônico.
- 5.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência em relação ao prazo final de entrega para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.9. O bem deverá ser entregue em conformidade com a Nota de Empenho e os termos do edital/ e ou Termo de Referência.
- 5.10. As notas fiscais deverão ser contempladas em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU** sob **CNPJ: 76.206.606/0001-40** e deverão, conforme Recomendação Administrativa nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná ter o preenchimento adequado dos seguintes campos: Código GTIN; Grupo K; Campo grupo I80.
- 5.11. Todos os bens fornecidos serão conferidos no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.12. Todos os DANFE deverão conter obrigatoriamente: a Denominação Comum Brasileira do Produto (DCB), a marca e/ou fabricante, o número de lote do produto, o prazo de validade do produto, o número do lote de compra (especificado na requisição de entrega, entregue juntamente com o empenho), o número do empenho, entrega à CAF e o seu endereço.
- 5.13. Os bens objeto deste edital deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento do empenho, acompanhados de nota(s) fiscal (is) distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho, constando o número do edital, o bem, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.
- 5.14. É vedado o faturamento de quantitativos de empenhos distintos em um mesmo DANFE. A mesma restrição vale para soluções de pendências.
- 5.15. A liberação do DANFE para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 5.16. Eventuais reposições de mercadoria devem ser entregues acompanhadas de DANFE emitido com natureza de operação “bonificação”, “reposição”, “outras saídas” ou semelhante.
- 5.17. Em caso de necessidade de recolhimento, garantir que o mesmo seja acompanhado de documentação contendo todas as informações – produto a ser recolhido, quantitativo e fornecedor.
- 5.18. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 5.19. As caixas e volumes nos quais os itens vierem acondicionados deverão estar íntegras e limpas, caso contrário a mercadoria não será recebida.
- 5.20. Identificar adequadamente cada caixa com fração, se houver.
- 5.21. Por ocasião do desembarque, acondicionar as caixas com fração de forma organizada junto aos volumes do medicamento daquele DANFE, devidamente identificadas.
- 5.22. Não serão aceitos produtos fora de suas embalagens originais.
- 5.23. Os dados constantes na caixa de embarque no que se refere a lote, data de fabricação e validade, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno dela.
- 5.24. Quando se aplicar, o fornecedor deverá apresentar certificados de procedência (lote a lote), acompanhados de laudo analítico laboratorial expedido pela empresa produtora titular do registro no Ministério da Saúde, os quais deverão ser anexados à Nota Fiscal no ato da entrega, sob pena de não aceitação dos produtos.
- 5.25. Em cada empenho, aceitar-se-á, no máximo, três lotes de fabricação de um mesmo medicamento, visando facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Os números de lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados no DANFE.
 - 5.25.1. Nos casos em que as quantidades adquiridas excedam ao número de unidades fabricadas por lote, poderá ser aceito o número de lotes suficientes para atendimento do pedido, mediante autorização expressa da CAF.
 - 5.25.2. Caso a empresa não disponha, em um primeiro momento, do quantitativo total de determinado item para realizar o faturamento, deve entrar em contato com a CAF para avaliação de como se deve proceder.
- 5.26. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para esta instituição, no prazo de 7 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 5.27. Em caso de extravio de volumes pela transportadora, o fornecedor deverá efetuar imediatamente a reposição dos volumes, cumprindo o prazo previsto para conclusão da entrega dos itens, conforme o item 5.6 deste Termo de Referência.
- 5.28. Em caso de avaria do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente recolhido e reposto por produto íntegro, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura de Foz do Iguaçu e cumprindo o prazo previsto no item 5.6 deste Termo de Referência.
- 5.29. A empresa deverá entregar o produto no descritivo cotado na proposta, devendo ela estar especificada no DANFE
 - 5.29.1. Em caráter excepcional, poderá ser avaliada a possibilidade de troca de descritivo por outro que atenda às exigências do edital de licitação. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa da CAF antes que ocorra a entrega.
 - 5.29.2. Caso seja aceita a substituição por embalagem com quantitativo diferente da original e for necessária a adequação dos quantitativos entregues, as unidades excedentes deverão ser entregues sem custo adicional.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 5.30. Visando auxiliar a conferência do quantitativo, o conteúdo interno deve estar organizado.
- 5.31. O texto e demais exigências legais previstas, rotulagem e bula, deverão estar em conformidade com a legislação sanitária e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90) e demais legislações pertinentes.
- 5.32. O acondicionamento e transporte dos itens deste edital deverão seguir as Boas Práticas estabelecidas pela ANVISA, garantindo a proteção dos produtos contra pó, variações de temperatura e umidade, de modo a preservar sua qualidade e integridade.
- 5.33. No caso de medicamentos, o transporte deverá ser realizado por empresas habilitadas pela ANVISA, portadoras de Autorização de Funcionamento específica para transporte de produtos farmacêuticos, em conformidade com as Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos e Farmoquímicos.
- 5.34. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.
- 5.35. As embalagens primárias (blisters, frascos, etc.) deverão conter: número do lote, data de fabricação e validade, e número de comprimidos por blister (quando aplicável).
- 5.36. Os produtos contidos em frascos deverão conter lacre de segurança, com as características de rompimento irreversível.
- 5.37. Os produtos acondicionados em frascos deverão ser acondicionados de forma que se evite a queda e dano dos produtos durante o transporte.
- 5.38. Os produtos acondicionados em frascos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser acondicionados de forma que se evite a queda e dano dos produtos durante o transporte.
- 5.39. Os dosadores graduados ou seringas dosadoras que acompanham os frascos (quando for o caso) deverão vir no interior de cada embalagem secundária, sendo vedada a entrega em embalagens separadas. Também deverão constar na bula e/ou no registro do medicamento.
- 5.40. Os medicamentos já preenchidos em seringas deverão estar de acordo com a NR nº 32 conforme exigências da ANVISA..
- 5.41. Os rótulos das embalagens deverão ser resistentes ao manuseio, impressos de forma clara e legível, sem rasuras, e conter as seguintes informações: identificação do produto (nome e marca), composição e informações nutricionais (se aplicável), nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, peso líquido e número do lote, e número de registro no órgão competente (quando aplicável).
- 5.42. A empresa licitante, sendo ela fabricante, importadora ou distribuidora de medicamentos, é responsável por comunicar formalmente a este órgão, durante toda a vigência da ata de registro de preços, quaisquer protocolos na ANVISA de alteração de prazo de validade, alteração de excipiente, alteração de local de fabricação e alteração de produção do medicamento, no prazo máximo de 30 dias após a data do protocolo na ANVISA.
- 5.43. As embalagens dos medicamentos deverão conter, de forma visível, os seguintes dizeres: "PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO", conforme determina o Artigo 7º da Portaria 2.814/98.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 5.44. Os medicamentos deverão estar em conformidade com a legislação sanitária vigente e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), incluindo rotulagem, bula e demais exigências legais.
- 5.45. Não será exigido amostra dos itens presentes neste processo licitatório
- 5.46. Caso não sejam cumpridas as exigências do edital de licitação, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações, sem nenhum ônus para a prefeitura.
- 5.47. Uma vez emitidas as Notas Fiscais pela empresa, os arquivos xml correspondentes deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico almoxmedicamentos@gmail.com
- 5.48. Não serão recebidos produtos que, após confirmação, no ato da entrega, tenham sido transportados com outros produtos de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada;
- 5.49. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 5.50. O recebimento definitivo do objeto deste Edital, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 14.133/2021 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, do item fornecido;

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A execução das aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços deverá observar as disposições deste Termo de Referência, da legislação aplicável e das condições estabelecidas no edital e na ata, respondendo as partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme previsto na legislação vigente.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências necessárias à regular execução das aquisições.
- 6.5. A execução das aquisições será acompanhada e fiscalizada por servidores designados, nos termos da legislação vigente e do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 6.6. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 6.7. O fiscal técnico acompanhará a execução das entregas, verificando o cumprimento das especificações, prazos e condições estabelecidas, registrando ocorrências e notificando o fornecedor para correção de eventuais irregularidades, assim como aspectos formais da execução, incluindo empenho, liquidação, pagamento e manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 6.8. O gestor da Ata de Registro de Preços coordenará o acompanhamento da execução, consolidará as informações prestadas pelos fiscais, adotará as medidas necessárias para correção de falhas e, quando cabível, promoverá a instauração de processo administrativo para aplicação de sanções.
- 6.9. As ocorrências relacionadas à execução das aquisições deverão ser registradas e tratadas tempestivamente, visando assegurar a regularidade do fornecimento, especialmente considerando a natureza essencial dos medicamentos.
- 6.10. Ao final da vigência da Ata de Registro de Preços, o gestor deverá elaborar relatório contendo avaliação da execução, desempenho do fornecedor e eventuais medidas de melhoria.
- 6.11. A gestão da Ata de Registro de Preços será exercida pela servidora Layse Fernanda Antonio de Souza, matrícula nº 21.876-01, e a fiscalização será realizada pelo servidor Adriano Reis da Silva, matrícula nº 23.697-01.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao fornecedor, relacionados ao objeto deste Termo de Referência;
- 7.2. Receber e verificar os itens fornecidos, rejeitando aqueles que não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 7.3. Atestar o recebimento dos itens e efetuar o pagamento das despesas decorrentes das aquisições realizadas, nos prazos e condições estabelecidos;
- 7.4. Notificar o fornecedor, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução das entregas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução das aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços, comunicando ao órgão gerenciador eventuais irregularidades, quando for o caso.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 8.1. Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo dos itens fornecidos, assegurando o pleno atendimento às especificações deste Termo de Referência;
- 8.2. Realizar a entrega dos bens em perfeitas condições, nos prazos e locais indicados pela Administração, em estrita conformidade com as especificações do edital e da proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal, contendo as informações de marca, fabricante, procedência e demais dados pertinentes;
- 8.3. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do prazo de entrega, os motivos que eventualmente impossibilitem o seu cumprimento;
- 8.4. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os itens que apresentarem defeitos, vícios, irregularidades ou que estejam em desacordo com as especificações, inclusive nos casos de comprometimento da estabilidade ou qualidade durante o prazo de validade;
- 8.5. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do fornecimento, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre o objeto;
- 8.6. Responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolo ou culpa, no fornecimento dos itens;

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 8.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de demandas judiciais ou administrativas relacionadas ao fornecimento, inclusive aquelas decorrentes de atos de seus empregados ou prepostos;
- 8.8. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência, qualidade e regularidade dos produtos fornecidos;
- 8.9. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e durante a execução das aquisições dela decorrentes, todas as condições de habilitação exigidas no certame.

9. DA VEDAÇÃO À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA NÃO REALIZAÇÃO DA IRP (ART. 86 DA LEI Nº 14.133/2021)

- 9.1. Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, opta-se pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, considerando as características do objeto, voltado ao atendimento direto da rede municipal de saúde, bem como a necessidade de celeridade na contratação, em razão do risco de desabastecimento.
- 9.2. Ressalta-se que os medicamentos objeto da presente contratação são de uso exclusivo da Secretaria Municipal da Saúde, não sendo demandados por outros órgãos da Administração Municipal, o que afasta a necessidade de compartilhamento da contratação.
- 9.3. A eventual participação de outros órgãos poderia comprometer a gestão da ata, ampliar a complexidade operacional, impactar os quantitativos inicialmente planejados e gerar riscos à regularidade do fornecimento, especialmente considerando que a participação de órgãos externos ao Município demandaria estrutura administrativa e recursos humanos adicionais, dos quais a Administração não dispõe para o adequado gerenciamento da Ata de Registro de Preços.
- 9.4. Ademais, a ampliação do prazo do certame decorrente da divulgação da IRP, estimada em aproximadamente 15 (quinze) dias úteis, mostra-se incompatível com a necessidade de garantir a continuidade do abastecimento de medicamentos, insumos essenciais à prestação dos serviços de saúde.
- 9.5. Diante do exposto, justifica-se a não realização da IRP, bem como a vedação à adesão por outros órgãos, visando assegurar a eficiência da contratação, a adequada gestão da ata e a continuidade do atendimento à população.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, para formação de Ata de Registro de Preços, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item.
- 10.2. Não poderão participar da licitação ou da execução das aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços, direta ou indiretamente, os agentes enquadrados nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão da ata, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

• Lote 1:

- 11.1. Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, expedidos por pessoas jurídicas de direito público

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível com o objeto constante deste Termo de Referência;

- 11.2. Licença Sanitária Municipal da empresa participante do seu município de atuação com a atividade compatível com armazenamento e distribuição de medicamentos.
- 11.3. Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no *site* da ANVISA, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.
- 11.4. Autorização Especial (AE), quando cabível, emitida pela ANVISA, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de oferta de medicamentos sujeitos a controle especial, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no *site* da ANVISA, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.
- 11.5. Certificado de Regularidade Técnica, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da empresa fornecedora.
- 11.6. Registro no CRF do Farmacêutico Responsável Técnico.
- 11.7. Certificado de Registro do produto da empresa fabricante emitido pela ANVISA. Nos casos de revalidação automática de registro de produto, apresentar protocolo de renovação e nos casos de medicamento com notificação simplificada apresentar a Declaração de Notificação Simplificada.
- 11.8. Bula do medicamento, podendo ser substituída pelo rótulo nos casos de medicamentos de notificação simplificada ou outros produtos para a saúde.
- 11.9. Ficará a cargo do proponente provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária/ANVISA. Os produtos importados devem possuir o registro no Ministério da Saúde (ANVISA).

• **Lote 2:**

- 11.10. Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível com o objeto constante deste Termo de Referência.
- 11.11. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante, compatível com a atividade de manipulação de medicamentos.
- 11.12. Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no *site* da Anvisa, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.
- 11.13. Certificado de Regularidade Técnica, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da empresa fornecedora.
- 11.14. Registro no CRF do Farmacêutico Responsável Técnico.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

11.15. A empresa deverá anexar um relatório dos produtos que fornecerá, informando a composição dos produtos, condições de armazenamento antes e após abertura da embalagem e o tempo de validade de cada um após manipulado. Qualquer alteração durante a vigência do contrato deve ser informada ao gestor, por escrito.

- **Lote 3:**

11.16. Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível com o objeto constante deste Termo de Referência;

11.17. Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no *site* da ANVISA, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.

11.18. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante compatível com a atividade de distribuição de formular nutricionais.

11.19. Ficará a cargo do proponente provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária/ANVISA. Os produtos importados devem possuir o registro no Ministério da Saúde (ANVISA).

11.20. Ficha técnica completa do produto registrado na ANVISA, contendo descrição, ingredientes, indicação, especificações técnicas, modo de preparo, sabor, apresentação e demais informações pertinentes.

- **Lote 4:**

11.21. Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível com o objeto constante deste Termo de Referência;

11.22. Licença Sanitária Municipal da empresa participante do seu município de atuação com a atividade compatível com armazenamento e distribuição de produtos para saúde.

11.23. Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no *site* da ANVISA, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.

11.24. Cópia da certidão de registro, cadastro ou notificação do produto no ministério da saúde, ou Cópia legível da publicação no DIÁRIO OFICIAL ou Cópia da Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em lei ou ainda o Certificado de Isenção de Registro, SE FOR O CASO.

11.25. A numeração e identificação dos produtos importados deverão seguir o padrão brasileiro.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- **Recebimento**

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 12.1. O recebimento do objeto CONTRATADO ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:
 - 12.1.1. **Provisoriamente**, pelo período de 5 (cinco) dias de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
 - 12.1.2. **Definitivamente**, pelo fiscal e gestor ou por comissão/setor designado pela autoridade competente no prazo de 5 (cinco) dias, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 12.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento, quem realizou a entrega, quem realizou o recebimento, como foi entregue o produto, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.
- 12.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.
- 12.4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.
- 12.5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 12.6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 12.8. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamentação.
- 12.9. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 12.10. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 12.11. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 12.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 12.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

• **Liquidação**

- 12.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

- 12.15. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

- 12.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.16.1. O prazo de validade;

12.16.2. A data da emissão;

12.16.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

12.16.4. O período respectivo de execução do contrato;

12.16.5. O valor a pagar; e

12.16.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 12.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, **reiniciando-se o prazo** após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

- 12.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 12.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para:

12.19.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

12.19.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 12.20. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

- 12.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 12.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13. DA NOTA DE EMPENHO E NOTA FISCAL

- 13.1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho. O prazo para entrega dos bens começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail;
- 13.2. As notas fiscais deverão ser contempladas em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU sob CNPJ: 76.206.606/0001-40.**
- 13.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.
- 13.4. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado os dados bancários da Empresa (banco, agência e conta corrente), terão obrigatoriamente que constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção, conforme estabelecido no Decreto nº 31.634 de 31 de julho de 2023.

14. DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada (certificada) pelo órgão responsável, as despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias;
- 14.2. A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.
- 14.3. As notas fiscais deverão conter o nome do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria Adjudicatária.
- 14.4. Conter o mesmo CNPJ que o constante dos documentos apresentados para a licitação.
- 14.5. Previamente à realização de todo e qualquer pagamento, será verificada pela Contratante documentação comprovante do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

e previdenciárias da Contratada, especialmente no que diz respeito aos seguintes documentos:

- 14.5.1. Certidão Conjunta Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- 14.5.2. Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual – emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 14.5.3. Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal – emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- 14.5.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- 14.5.5. Comprovante de quitação com débitos decorrentes do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação - FGTS;
- 14.6. A regularidade de que tratam os subitens acima poderá ser verificada por meio de consulta on-line, cabendo à Adjudicatária a devida atualização no Sistema, ou mediante apresentação de cópia das respectivas certidões.
- 14.7. A não apresentação das certidões que comprovem a situação de regularidade, quando solicitada pela Justiça Federal por qualquer meio idôneo, caracterizará descumprimento de obrigação acessória.
- 14.8. Por ocasião do pagamento, poderá haver retenção de crédito referente ao ressarcimento de eventuais danos provocados pela Adjudicatária, correspondentes ao prejuízo sofrido pela Administração ou multas (principais ou acessórias) que porventura vierem a ser aplicadas à Adjudicatária.

15. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 15.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas previstas no art. 240 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 15.2. Ainda que comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no item anterior, a Administração poderá, motivadamente, optar pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços e pela realização de novo procedimento licitatório, quando tal medida se mostrar mais vantajosa ao interesse público.
- 15.3. Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a manutenção do valor originalmente registrado, observada a repartição objetiva de riscos estabelecida no instrumento convocatório.
- 15.4. O fornecedor registrado poderá solicitar a revisão dos preços, devendo apresentar documentação comprobatória suficiente, com a demonstração clara dos fatos e fundamentos que justifiquem o pedido.
- 15.5. O órgão gerenciador analisará o pedido de revisão no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, observando os critérios e requisitos aplicáveis à revisão previstos na legislação municipal vigente.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que haja previsão no edital e na Ata de Registro de Preços.

16.1.1. Para fins de reajuste, aplica-se a data do valor estimado conforme (Art. 92 § 3 da Lei 14. 133/2021) acórdão 1. 791/2024 – TCU – PLENÁRIO;

16.2. O reajuste poderá ser processado de ofício pelo gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 290 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, observados o índice e a data-base estabelecidos, condicionando-se, contudo, à prévia verificação da vantajosidade dos preços registrados em relação ao mercado;

16.3. Caso a aplicação do reajuste resulte em preços superiores aos praticados no mercado, a Administração deverá avaliar a conveniência da manutenção da Ata de Registro de Preços, podendo optar por seu cancelamento e pela realização de novo procedimento licitatório.

16.4. Previamente à formalização do reajuste, o fornecedor registrado poderá ser consultado quanto à eventual renúncia total ou parcial ao reajuste, nos termos do §1º do art. 239 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

16.5. O reajuste, quando aplicado, será formalizado por meio de apostilamento à Ata de Registro de Preços, conforme legislação vigente.

16.6. A ausência de manifestação do fornecedor quanto ao reajuste no período oportuno poderá caracterizar renúncia ao direito, não sendo admitida sua aplicação retroativa.

17. DA NÃO APLICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE, COTAS E PREFERÊNCIA REGIONAL ÀS ME/EPP

17.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 32.398/2024, analisou-se a viabilidade de aplicação de benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte, incluindo a margem de preferência local/regional, a reserva de cotas e a eventual exclusividade.

17.2. A análise de mercado realizada, com base em licitações similares no Estado do Paraná nos últimos 180 dias, indicou a ausência de competitividade mínima entre ME/EPP locais e regionais, não sendo constatada a participação de, no mínimo, 3 (três) fornecedores aptos a justificar a aplicação dos referidos benefícios.

17.3. Diante desse cenário, a aplicação da margem de preferência, da reserva de cotas ou da exclusividade mostra-se inadequada, pois pode restringir a competitividade do certame e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa.

17.4. Ressalta-se que o objeto refere-se à **aquisição de medicamentos**, insumos essenciais à continuidade dos serviços de saúde, cuja eventual descontinuidade no fornecimento pode comprometer tratamentos e o atendimento à população.

17.5. Nesse contexto, a estruturação do certame busca mitigar riscos de desabastecimento, evitando restrições indevidas à competitividade que reduzam o número de fornecedores aptos ou afastem empresas com maior capacidade técnica, logística e de fornecimento contínuo.

17.6. A eventual adoção de exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte implicaria o afastamento de grandes laboratórios e distribuidores, responsáveis por

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

significativa parcela da oferta do mercado, com impacto direto na competitividade, elevação dos custos da contratação e aumento significativo do risco de itens desertos ou fracassados.

- 17.7. Além disso, a divisão em cotas ou concessão de exclusividade poderia comprometer a eficiência da contratação e a continuidade do fornecimento, o que não atende ao interesse público.
- 17.8. Assim, justifica-se a **não aplicação da margem de preferência e a não adoção de cotas reservadas**, garantindo-se maior competitividade, segurança no abastecimento e a seleção da proposta mais adequada ao atendimento da demanda.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. O valor máximo total da presente licitação é sigiloso, devido às oscilações de mercado e orientação do MP/PR através da Recomendação administrativa Nº 026/2021 (em anexo) e nos termos do Artigo 24 da Lei nº 14.133, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da sessão de lances.
- 18.2. A metodologia para a determinação do preço máximo de referência para cada item (média saneada) foi abordada Relatório de Pesquisa de Preços nº 484/2026 que consta neste processo licitatório.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 19.2. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada (certificada) pelo órgão responsável e as despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE*
10.001.10.303.0320	2.200	3.3.90.32	1303
10.001.10.303.0320	2.200	3.3.90.30	1498
10.001.10.303.0320	2.200	3.3.90.91	1303
10.001.10.304.0320	2.212	3.3.90.30	1497
10.001.10.305.0320	2.208	3.3.90.32	1497
10.001.10.122.0320	2.206	3.3.90.30	1002
10.001.10.306.0320	2.196	3.3.90.32	1002
10.001.10.302.0320	2.205	3.3.90.30	1303

*Fonte atual e outra que possivelmente vier a substituí-la

Foz do Iguaçu, 11 de maio de 2026.

Datado e assinado digitalmente

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Elaborado por:

Bárbara Alana Pereira Seuchuco
Farmacêutico Júnior – Apoio Técnico Administrativo I

Aprovado por:

Sheila Rodrigues Paião
Diretoria de Atenção Especializada e Saúde Mental

Fábio de Mello
Secretário Municipal de Saúde

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com



5f2f3842-573d-4a36-afda-3b130d6c58b6



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____ IE _____
Endereço: _____ Tel/Fax: _____ CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
E-mail _____
Banco _____ Agência Bancária _____ Conta Corrente nº _____

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos
PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2026

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN.	QTDE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
TOTAL GERAL R\$						

Condições de Pagamento: conforme edital
Prazo de Entrega: conforme Edital;
Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

NOME e CPF do responsável pela assinatura da ata de registro de preços e E-mail cadastrado para assinatura da ata de registro de preços: obrigatório o preenchimento

Declaramos de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer natureza, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, ____ de _____ de 2026.

Atenciosamente

Representante Legal da Proponente
Nome, RG e CPF

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

IMPORTANTE

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO OBRIGATÓRIO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Referência: Assinatura de Contrato/Ata de Registro de Preços

UASG: 987563 – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Pregão Eletrônico nº: ____/2026

À

SÓCIO ADMINISTRADOR (Responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços).

Informamos que, para fins de assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e demais atos administrativos, **é obrigatória a realização prévia de cadastro no sistema eletrônico da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu**, conforme disposto no Decreto nº 28.900/2021.

A assinatura será realizada por meio eletrônico, mediante utilização de **certificado digital** emitido por autoridade credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), nos termos do item 18.13 do Edital.

Dessa forma, a empresa deverá providenciar, com antecedência, o cadastro no sistema, sendo esta uma condição indispensável para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

O e-mail informado no momento do cadastro deverá ser o mesmo indicado na proposta comercial, pois será utilizado para envio da notificação de assinatura.

Link para cadastro:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>

Ressalta-se que, após o cadastro, **é necessário concluir a validação por meio do e-mail informado**, a fim de habilitar o acesso ao sistema.

O não atendimento desta exigência poderá inviabilizar a formalização da Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com



5f2f3842-573d-4a36-afda-3b130d6c58b6





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Aos ____ dias do mês de ____ de 2026, o MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.206.606/0001-40, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 280, Centro, Foz do Iguaçu/PR, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde, neste ato representada por ____, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº ____/2026, para Registro de Preços, HOMOLOGADO em ____/____/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas relacionadas nesta Ata, de acordo com a classificação obtida e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de ____, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026.
- 1.2. Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à contratação integral dos itens registrados.
- 1.3. Em razão da natureza variável da demanda administrativa, não será fixado quantitativo mínimo para contratação.

2. DAS EMPRESAS, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LICITANTE - CNPJ			
quant.	unid.	especificações	vlr unit.
LICITANTE - CNPJ			
quant.	quant.	quant.	quant.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

- 3.1. A Secretaria Municipal da Saúde de Foz do Iguaçu atuará como órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços, competindo-lhe sua gestão, controle e acompanhamento, nos termos da legislação aplicável

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1. As condições de execução, prazos, locais de entrega, critérios de recebimento e demais disposições operacionais do objeto observarão o estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e comprovação da vantajosidade dos preços registrados.
- 6.1.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, serão renovados os quantitativos originalmente registrados;
- 6.1.2. Esgotados os quantitativos registrados antes do término da vigência da ata, a prorrogação poderá ser antecipada, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 6.1.3. É vedada a acumulação dos quantitativos ou da previsão de gastos entre o período original e o período prorrogado da contratação.
- 6.2. Após a homologação do certame, serão observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:
- 6.2.1. Serão registrados na ata os preços e quantitativos das licitantes adjudicatárias, observadas as condições estabelecidas no edital e na proposta vencedora;
- 6.2.2. A ata da sessão pública integrará a presente Ata de Registro de Preços como documento anexo, para fins de definição da ordem de classificação e eventual convocação dos fornecedores remanescentes;
- 6.2.3. Será observada, nas futuras contratações decorrentes desta Ata, a ordem de classificação das licitantes registradas.
- 6.3. O registro das licitantes remanescentes tem por finalidade a formação de cadastro de reserva para os casos de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor originalmente registrado.
- 6.4. Para fins de formação da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será exigida somente quando houver necessidade de convocação de fornecedor remanescente, especialmente nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços; ou
- 6.5.2. cancelamento do registro do fornecedor, nos termos desta Ata e da legislação aplicável.
- 6.6. Os preços registrados e a relação dos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município e disponibilizados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Após a homologação do certame, as licitantes mais bem classificadas serão convocadas para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 3 (três) dias úteis, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

7.1.1. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da licitante convocada, apresentada durante o prazo originalmente concedido e devidamente justificada.

7.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada por meio eletrônico, mediante assinatura digital.

7.2.1. Para proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o representante legal ou responsável pela assinatura deverá estar previamente cadastrado no Sistema de Informações do Município (SID) de Foz do Iguaçu, com habilitação para assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 28.900/2021-PMFI. O cadastro poderá ser realizado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://sistemas.pmf.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>.

7.2.2. A Ata de Registro de Preços será disponibilizada eletronicamente pelo sistema do Município, sendo encaminhada notificação ao endereço eletrônico informado pela licitante cadastrada.

7.2.3. O fornecedor deverá realizar a assinatura da Ata no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do envio da notificação eletrônica.

7.2.4. Compete exclusivamente à licitante manter atualizados seus dados cadastrais e acompanhar as comunicações encaminhadas pelo sistema eletrônico do Município.

7.2.5. O fornecedor convocado que deixar de assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido ficará sujeito às sanções previstas no edital e na legislação aplicável;

7.3. Na hipótese de não assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor convocado, poderá a Administração convocar as licitantes remanescentes integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para assinatura nas condições ofertadas pelo primeiro colocado.

7.4. Frustrada a convocação dos fornecedores remanescentes, a Administração poderá promover negociação com os demais classificados, observada a ordem de classificação e os princípios da vantajosidade e da economicidade.

8. DA ALTERAÇÃO DE MARCA

8.1. Será admitida a alteração da marca originalmente registrada, mediante solicitação fundamentada do fornecedor, desde que a nova marca atenda integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência e seja previamente aceita pelo órgão gerenciador, observadas as disposições da legislação aplicável.

8.1.1. A alteração de marca não poderá resultar em prejuízo à qualidade, desempenho, compatibilidade, funcionalidade ou padronização do objeto contratado.

8.1.2. Na hipótese de a nova marca possuir valor de mercado inferior ao da originalmente registrada, deverá haver redução proporcional do preço registrado.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.1.3. A alteração da marca somente produzirá efeitos após manifestação favorável da Administração e formalização do respectivo apostilamento ou termo aditivo, quando cabível.

9. DA REVISÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou serviços registrados, observadas as disposições da legislação aplicável.
- 9.2.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociação visando à redução dos preços registrados.
- 9.2.1.** Caso o fornecedor não aceite reduzir os preços aos valores praticados pelo mercado, poderá ser liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 9.2.2.** Não havendo êxito na negociação, a Administração poderá promover o cancelamento do registro do fornecedor ou da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas necessárias à obtenção de contratação mais vantajosa.
- 9.3.** O fornecedor poderá requerer a revisão dos preços registrados mediante apresentação de pedido formal, devidamente instruído com documentação comprobatória do desequilíbrio econômico-financeiro alegado.
- 9.3.1.** A revisão poderá ser concedida em casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em razão de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 9.3.2.** O pedido de revisão deverá ser formalizado perante o órgão gerenciador, acompanhado da documentação necessária à demonstração do fato alegado e de seu impacto econômico-financeiro.
- 9.3.3.** prazo para análise do pedido pela Administração será de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados do recebimento do requerimento devidamente instruído.
- 9.3.4.** Na hipótese de necessidade de complementação documental ou esclarecimentos adicionais, o prazo para análise será interrompido até o atendimento integral das diligências pelo fornecedor, iniciando-se nova contagem integral após a apresentação da documentação complementar.
- 9.3.5.** Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão, o fornecedor deverá manter a execução das obrigações assumidas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções cabíveis.
- 9.3.6.** O descumprimento das obrigações assumidas durante a tramitação do pedido de revisão poderá ensejar o cancelamento do registro do fornecedor e a aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 9.3.7.** Em caso de cancelamento do registro do fornecedor, poderá a Administração convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

10. DO REAJUSTE

- 10.1.** Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observadas as disposições da legislação aplicável.
- 10.2.** O reajuste poderá ser processado de ofício pela Administração, observada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.
- 10.3.** O reajuste será formalizado mediante apostilamento, nos termos da legislação aplicável.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1.** O pagamento será efetuado por intermédio de depósito em conta bancária de titularidade do fornecedor beneficiário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, na forma da legislação aplicável;
- 11.1.1.** Não será admitido pagamento antecipado, total ou parcial, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.
- 11.2.** As condições de pagamento, critérios de recebimento, liquidação da despesa e demais disposições operacionais observarão o estabelecido no Termo de Referência e na legislação municipal aplicável.
- 11.3.** Para fins de pagamento, poderá ser exigida a comprovação da regularidade fiscal, social, trabalhista e fundiária do fornecedor, nos termos da legislação vigente.
- 11.4.** Havendo erro, inconsistência ou irregularidade na documentação apresentada, bem como descumprimento de obrigações contratuais pelo fornecedor, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência.
- 11.5.** Nos casos de atraso de pagamento não atribuível ao fornecedor beneficiário, os valores devidos serão acrescidos de encargos moratórios na forma da legislação aplicável

12. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 12.1.** O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
- 12.1.1.** descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pela Administração;
- 12.1.2.** recusa injustificada em retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.3.** aplicação das sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.1.4.** impossibilidade superveniente de cumprimento das obrigações assumidas, devidamente comprovada;
- 12.1.5.** perda das condições de habilitação exigidas no certame, quando aplicável.
- 12.2.** Na hipótese de aplicação de sanção que não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, optar pela

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

manutenção do registro, vedadas novas contratações enquanto perdurarem os efeitos da penalidade.

- 12.3. O cancelamento do registro será formalizado por decisão motivada do órgão gerenciador.
- 12.4. Cancelado o registro do fornecedor, poderá a Administração convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 12.5. Os preços registrados poderão ser cancelados total ou parcialmente pelo órgão gerenciador, nas seguintes hipóteses:
 - 12.5.1. por razões de interesse público devidamente justificadas;
 - 12.5.2. a pedido do fornecedor, em decorrência de caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente comprovado;
 - 12.5.3. quando frustradas as negociações destinadas à manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
 - 12.5.4. nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro que inviabilizem a manutenção da Ata de Registro de Preços.

13. DAS PENALIDADES

- 13.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços sujeitará o fornecedor às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.
 - 13.1.1. As sanções previstas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, regularmente convocados, recusarem injustificadamente a assinatura da Ata de Registro de Preços ou deixarem de cumprir as obrigações assumidas.

14. CONDIÇÕES GERAIS

- 14.1. As condições gerais de execução do objeto, incluindo prazos de entrega e recebimento, obrigações das partes, fiscalização, penalidades e demais condições aplicáveis à execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, encontram-se estabelecidas no edital, no Termo de Referência e nos demais anexos do certame.
- 14.2. Integram a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins e efeitos, o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, seus anexos, a proposta vencedora e a ata da sessão pública do certame.
- 14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 32.398/2024 e demais normas aplicáveis.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam eletronicamente a presente Ata de Registro de Preços, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Secretário Municipal da Saúde

LICITANTE: _____

CNPJ: _____

LICITANTE: _____

CNPJ: _____

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV - DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Departamento de Compras
PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local ____ de _____ 2026.

Nome e carimbo do
representante legal da empresa

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Número: **29/2026**

Assunto: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=5f2f3842-573d-4a36-afda-3b130d6c58b6>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

5f2f3842-573d-4a36-afda-3b130d6c58b6

Hash do Documento

B969AC84AB480C26F057A6B8664E1B1BF9C8CCED4776D076D1EA6427BA61BA51

Anexos

PARECER PGM N° 314-2026.pdf - **89376513-3b7d-491e-9f22-ace7e376d13c**

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHOS - - N° 54-2026.pdf - **b41a0f5d-b93f-45e3-969c-f7307862e627**

MEMORANDO INTERNO- N° 31962-2026.pdf - **07906ddf-633c-4aeb-a799-63d82acfc218**

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 029-2026.pdf - **b880cd4b-fc87-4f56-a239-73e56ad7104b**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/05/2026 é(são) :

FABIO DE MELLO (Signatário) - CPF: ***34638984** em 11/05/2026 12:15:52 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

LARISSA FERREIRA (Signatário) - CPF: ***69692212** em 11/05/2026 11:33:57 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO N° 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI N° 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

